

Mais Estado e outra Europa essenciais para sair da crise

● **Observatório** defende União mais interventiva e reforço da proteção social dos portugueses

Carla Soares
carlas@jn.pt

Reestruturação da dívida, reforço do salário mínimo e das prestações sociais e melhoria dos serviços públicos, num país com mais Estado e numa Europa mais interventiva: eis as propostas do Observatório sobre Crises.

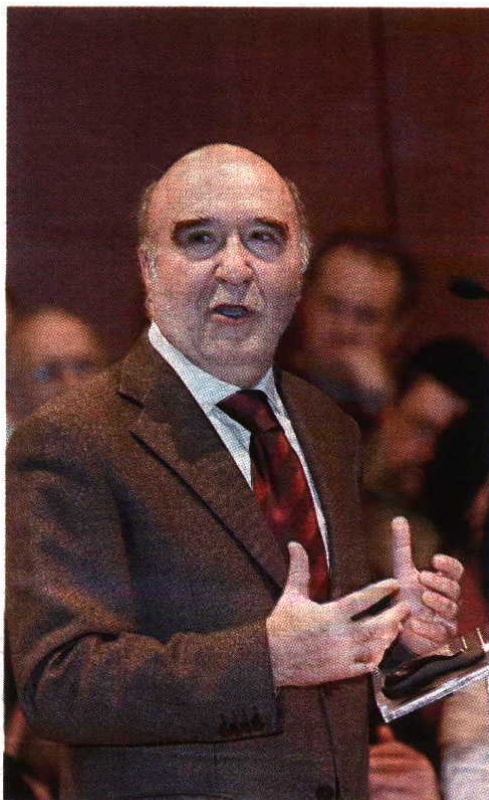
No capítulo final do relatório sobre “A anatomia da crise”, a que o JN teve acesso, são avançadas sete propostas para “reconstituir a economia, a sociedade e a política”. O Observatório sobre Crises e Alternativas, criado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que integra Carvalho da Silva, apresenta sete propostas alternativas após diagnosticar as tensões que afetam a sociedade e economia nacionais.

A primeira forte tensão é da

União Europeia (UE). Os autores defendem que “o quadro europeu tem de ser radicalmente reformulado”. O que se pretende, explicou ao JN o economista e investigador José Reis, um dos autores do relatório, é “outra doutrina europeia”.

No fundo, uma UE que assuma as assimetrias e as fraturas profundas que separam os países e desenvolva os mecanismos necessários, intervindo na dívida e ganhando capacidade orçamental. E que não introduza “restrições tão fortes” a países que precisam de criar emprego, como Portugal, explicou.

A reformulação pretendida exige que “a UE e os países desenvolvam políticas internas de relançamento económico e social e lhes confiram valor, promovam uma reconfiguração da sua arquitetura monetária, discutam o mandato e o lugar do Banco Central Europeu (BCE), bem como a natureza do regime



José Reis preconiza “outra doutrina europeia”

monetário”, lê-se no relatório, onde é referida também a necessidade de a União dispor de recursos próprios.

Noutro ponto, está a proposta de reestruturação da dívida pública, “compreendendo a relação entre esta dívida e as diferentes dívidas externas e assegurando que é possível retomar formas de controlo público sobre o sistema bancário, a intermediação financeira e o crédito”.

São ainda exigidos compromissos entre os parceiros sociais, com vista à “reconstrução de um modelo moderno de mais justo de relações laborais”. Este objetivo inclui “a recuperação do valor do salário mínimo e da valia das principais modalidades de proteção social”.

Mais à frente, onde se propõe a reconstituição de serviços públicos e uma ação concertada para reduzir as desigualdades e a exclusão, defende-se a retoma de políticas sociais ativas, acompanhadas por uma reforma dos serviços públicos. Neste ponto, surge o descongelamento do salário mínimo e das pensões mínimas do regime geral. ●

MAIS PROPOSTAS

Papel do Estado

“Valorizar o papel da Administração Pública na gestão do acesso dos cidadãos a serviços essenciais, na organização das atividades económicas e do investimento, assim como nas políticas públicas que fortalecem a economia”.

Emprego e produção

“Uma política económica que reveja o quadro de condicionalidades que fragiliza a economia e a sociedade” e que “relance o emprego e requalifique o sistema produtivo”.

Constituição

“Reafirmação da centralidade da ordem constitucional e dos princípios do Estado de direito como questão crucial do desenvolvimento e da superação da crise”: “Os direitos instituídos e os princípios do Estado são essenciais para reorientar decisões erradas e perigosas”.